



VEÍCULO
Bem Paraná - PR

DATA
27/07/2010

EDITORIA
Economia

PÁGINA
Online



Emprego e investimentos no Brasil

(Gilmar Mendes Lourenço)

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A economia brasileira tem contabilizado expressivos ganhos de produtividade do setor industrial, não transferidos aos rendimentos do trabalho, e o deslocamento de parte relevante das famílias mais pobres (classes E e D) para a categoria C da pirâmide social, considerada média e que auferem renda mensal entre R\$ 1.115,0 e R\$ 4.808,0 (conforme apurações da Fundação Getúlio Vargas, baseadas na Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE), o que representava 52,0% do total da população em 2009, contra 32,% em 1994.

Tal constatação estaria na raiz dos argumentos de diminuição da jornada de trabalho no país. Porém, a suposta vantagem conferida por uma decisão constitucional de contração de 10,0% da carga horária semanal, como define a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), esbarra nas peculiaridades do tecido produtivo do país, marcado pela predominância de elevado número de pequenas e médias empresas (99,0% do total e responsáveis por quase 60,0% do fluxo de ocupações), detentoras de distintos perfis tecnológicos e financeiros, o que desautorizaria a adoção de regras gerais para o mercado de ocupações.

Aliás, um exame da trajetória recente das relações de trabalho no Brasil evidencia ganhos gradativos na redução da jornada, fruto de conversações democráticas, materializadas em acertos sinérgicos entre capital e trabalho (sindicatos), por ocasião dos acordos coletivos, e/ou de efeitos de opções implementadas pelas companhias, tendo como referência a heterogeneidade dos ramos produtivos.

Tanto é assim, que conforme estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o tempo de esforço de trabalho semanal no Brasil seria de 41,4 horas, sendo que a iniciativa privada já praticaria cargas de 40,0 horas, contra 35,3 da Espanha, 37,6 da Alemanha, 40,7 do Reino Unido, 41,5 da Argentina, 43,4 da Coreia, 43,5 do México, 45,0 do Uruguai e Colômbia, 46,9 da Malásia, 47,0 da Índia e 49,0 da China e da Turquia.

No fundo, a variação sustentada do nível de emprego depende menos de determinações de natureza legal e mais da formulação e execução de uma política de desenvolvimento que contemple a expansão dos investimentos em produção, infraestrutura e educação, além da flexibilização contemporânea do arcabouço trabalhista que estimule a formalização. Só a título de exemplo, a taxa de desemprego no país caiu de 12,3% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2003 para 8,1% em 2009 e 7,3% nos primeiros cinco meses de 2010.

Gilmar Mendes Lourenço é Economista, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas e Editor da Revista "Vitrine da Conjuntura" da FAE Centro Universitário, Conselheiro do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon) e Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná (Sindecon). Autor do livro "Conjuntura Econômica: Modelo de Compreensão para Executivos". Ele escreve às Quartas-Feiras neste espaço.

Tamanho da letra [A-](#) [A+](#)






Resumo:

A economia brasileira tem contabilizado expressivos ganhos de produtividade do setor industrial, não transferidos aos rendimentos do trabalho, e o deslocamento de parte

relevante das famílias mais pobres (classes E e D) para a categoria C da pirâmide social, considerada média e que auferem renda mens

[+ Comentários \(0\)](#)

| **Incluída em:** 28/07/2010 19:45:00 | **Jornalista:** Gilmar Mendes Lourenço |

 Imprimir PDF	 Enviar (Formulário)	 Enviar (por e-mail)	 Comente	 DOC
--	---	---	---	---

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo